RESUMO EXPANDIDO (PÚBLICO GERAL/NÃO ASSOCIADOS AKB) /
EXTENDED ABSTRACTS (NON AKB MEMBERS) - ÁREA 1.
DESIGUALDADES: REGIÕES, RENDA, GÊNERO E RAÇA

# UMA ANÁLISE REGIONAL DA INSUFICIÊNCIA SOCIOECONÔMICA MULTIDIMENSIONAL ENTRE 2016 E 2025

*Juliana Bacelar De Araujo (juliana.bacelar@ufrn.br)*

*Cassiano José Bezerra Marques Trovão (cassiano.trovao@ufrn.br)*

Em uma visão de longo prazo, o Brasil realiza uma mudança importante ao transitar de quatro séculos em que dominou o modelo primário-exportador para o século XX, quando a industrialização passa a comandar o desenvolvimento do país, o que se faz acompanhar de intenso movimento de urbanização. Além dessa relevante passagem de uma sociedade dominantemente rural para outra, essencialmente urbana, a dinâmica econômica intensifica-se e internaliza seu comando. De um país ocupado e organizado em polos regionais específicos e pouco articulados entre si, dado que cada um deles era voltado sobretudo para o mercado externo, o Brasil caminha para uma economia crescentemente orientada para o mercado interno, em especial o das classes de maior renda, sob a liderança cada vez mais evidente da acumulação industrial. Uma marca brasileira vai então se firmando: uma economia dinâmica e cada vez mais moderna convive com uma sociedade marcada por baixos níveis de vida da maioria da população e por uma grande desigualdade social (Araújo, 2017).

Nesse processo, as bases regionais passam a se articular cada vez mais. Mas, como a nova base industrial se concentra fortemente no atual Sudeste, em particular em São Paulo, ampliam-se as desigualdades regionais brasileiras, sobretudo com o avanço da industrialização pesada (Cano, 2008). A partir de 1970, observa-se um processo de desconcentração produtiva inter-regional, que continua a partir dos anos 1980, mas com caráter espúrio, em um contexto de crise e, posteriormente, de avanço do neoliberalismo, nos anos 1990 (Cano, 2008). O final do século XX ficou marcado por tendências baseadas na lógica de mercado que passaram a condicionar o desenvolvimento regional. Tais tendências caminharam no sentido do aprofundamento das desigualdades regionais em perspectiva multidimensional, ampliando a fragmentação regional e as heterogeneidades intrarregionais (Pacheco, 1998; Araújo, 1999).

A partir dos anos 2000, políticas setoriais e sociais produziram efeitos desconcentradores, mesmo que em movimentos contraditórios (Araújo, 2013; Macedo, 2023; Cano, 2017). Nesse contexto, as desigualdades macrorregionais se atenuam, com o Centro Oeste assumindo a liderança do crescimento regional. O avanço das “políticas implícitas de desenvolvimento regional” (Araújo, 2013), associada às iniciativas de entes federativos subnacionais e do setor privado produtivo, as economias do Norte e Nordeste crescem acima da média nacional. Paralelamente, o processo de interiorização da dinâmica econômica se fortalece relacionado à expansão da fronteira e à produção agromineral, que tem início sob a influência do “Efeito China”, na primeira década, e avança com o surgimento de novas áreas de expansão, na segunda década, relacionadas às energias renováveis e à bioeconomia. Esse conjunto de transformações, associado às crises de 2015-2016 e a da Covid-19, tornam a questão regional e seus impactos socioeconômicos e ambientais no território ainda mais complexos.

Nesse contexto de continuidade da descontração produtiva inter-regional e avanço e depois queda das desigualdades regionais a partir da perspectiva multidimensional, o problema de pesquisa que se pretende analisar é a forma como se deu a evolução do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) nas grandes regiões brasileiras no período compreendido entre 2016 e 2025.

O objetivo do presente trabalho é analisar a evolução do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) para as grandes regiões brasileiras entre 2016 e 2025. O IISM é um índice sintético com aplicação em bases de

dados domiciliares que permite mensurar o grau de insuficiência socioeconômica em múltiplas dimensões.

Em termos metodológicos, o IISM foi pensado, para captar o grau ou nível de insuficiência socioeconômica multidimensional de um país, de uma localidade ou de qualquer objeto de análise que contemple agregações de domicílios a partir de seis dimensões: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Renda corrente e patrimônio; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo de uso individual; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. Foi pensado para quantificar de forma sintética a relação entre uma situação observada qualquer em termos de ISM e o máximo grau de ISM. Cada dimensão é composta por indicadores que possibilitam a identificação dos domicílios segundo sua condição de insuficiência socioeconômica total e/ou em cada dimensão. O valor do IISM é obtido pela razão entre a raiz quadrada da área do polígono observado e a raiz quadrada da área do polígono hipotético. Sua interpretação é feita da seguinte forma: quanto mais próximo de zero, mais afastado da pior situação possível e, portanto, menor o grau de ISM. Já, quanto maior o IISM, mais próximo estará o objeto de análise da pior situação possível e, portanto, maior o grau de ISM. Serão analisados os dados da PNAD Contínua, do IBGE, para o período de 2016 a 2025.

Os principais resultados encontrados demonstram e confirmam a existência de uma expressiva desigualdade em termos de acesso a bens e serviços de uso coletivo e de condições habitacionais entre as distintas macrorregiões do Brasil. A análise da IISM para o recorte de análise macrorregional reforça a existência de uma expressiva desigualdade estrutural, dinâmica e histórica, especialmente entre Norte e Nordeste, de um lado, e Sul e Sudeste, de outro, bem como a melhora do Centro-Oeste que se aproxima da região Sul e apresenta indicadores abaixo (melhores) da (que) média nacional no final de série.

Palavras-chave: insuficiência socioeconômica multidimensional; desigualdades regionais; brasil.